



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

PROJETO DE LEI Nº 26 /2023

SÚMULA: Dispõe sobre o Programa de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro no Município e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

Seção I Do Programa

Art. 1º O apadrinhamento afetivo é um programa para crianças e adolescentes acolhidos em instituição ou família acolhedora, que tem por objetivo criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando assim, as oportunidades de convivência familiar e comunitária. O apadrinhamento financeiro consiste em contribuição econômica para atender as necessidades de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, sem criar necessariamente com eles vínculos afetivos.

Art. 2º As crianças e adolescentes que podem ser apadrinhadas serão aquelas que estão sob medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar aplicada pelo Juízo da Infância e Juventude do foro Regional de Ibiporã, Comarca da Região Metropolitana de Londrina.

Art. 3º O programa de apadrinhamento promoverá a participação da sociedade civil de pessoas com disponibilidade de tempo, e dispostas à construção de relacionamentos estáveis e duradouros, que não possuam interesse em adoção ou guarda.

Art. 4º Poderão ser apadrinhadas as crianças e/ou adolescentes de zero a dezoito anos de idade, sem contato familiar ou referência afetiva, com prioridade para crianças e adolescentes com mínimas chances de serem reintegradas à família biológica ou substituta.

Parágrafo único. A indicação de crianças e adolescentes para o programa será realizada pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento de Jataizinho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

Seção II Dos Tipos de Apadrinhamento

Art. 5º O apadrinhamento afetivo pressupõe contato direto entre o “padrinho” e o “apadrinhado” inclusive com autorização para atividades fora do serviço de acolhimento. É aquela pessoa devidamente habilitada que tem permissão para realizar visitas regularmente à criança ou adolescente, buscando-os para passar fins de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia, proporcionando-lhes a promoção social e afetiva, revelando possibilidades de uma convivência familiar e social saudáveis que gerem experiências comunitárias e culturais.

Art. 6º Apadrinhamento financeiro consiste em contribuição financeira para com vistas a suprir as necessidades de uma criança ou adolescente acolhido institucionalmente, sem criar necessariamente com ela vínculos afetivos. É aquele que dá suporte material ou financeiro à criança e/ou adolescente, seja com a doação pecuniária mensal à criança e/ou adolescente, seja com a doação de material que supra a necessidade deste, ou seja, através do patrocínio de cursos profissionalizantes, reforço escolar, prática esportivas e/ou atividades culturais. Os recursos financeiros serão depositados em conta corrente nominais aos “apadrinhados”.

§ 1º O apadrinhamento financeiro não pressupõe contato direto entre “padrinho” e “apadrinhado”, podendo, a critério do “padrinho” ser convertido em apadrinhamento afetivo, com ou sem prejuízo do apadrinhamento financeiro.

§ 2º Os recursos destinados aos “apadrinhados” serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com o Ministério Público, que formalizarão os procedimentos para recebimento e a devida destinação do recurso, através de decreto de regulamentação específico.

Seção III Do Padrinho

Art. 7º Poderão se cadastrar como proponentes ao “apadrinhamento” pessoas com idade igual ou superior a vinte e um anos, sem discriminação de classe social, profissão, gênero, etnia, religião, e estado civil. No caso de apadrinhamento financeiro, poderão apadrinhar: pessoas físicas, empresas, instituições, escolas, clubes de serviços, entidades de classe e associações.

§ 1º Ficam impedidos de apadrinhar afetivamente pessoas e/ou famílias que possuam crianças e adolescentes em acolhimento institucional, bem como,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

peessoas respondendo processo criminal, ou com condenação anterior, por crimes relacionados à infância, principalmente contra a dignidade sexual ou crimes hediondos ou equiparados a estes.

§ 2º Também ficam impedidos de apadrinhar afetivamente pessoas e/ou famílias que não residam no Município de Jataizinho, ou que façam uso/abuso de álcool e outras substâncias psicoativas, ou que tenham entre seus membros adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Art. 8º Os critérios para participarem do programa de apadrinhamento afetivo são:

- a) idade mínima de vinte e um anos;
- b) ter disponibilidade para participar efetivamente da vida do (a) apadrinhado (a), por meio de visitas ao serviço de acolhimento, a escola, passeios, etc;
- c) participar das oficinas e reuniões com a equipe responsável pelo programa e apresentar toda a documentação exigida;
- d) consentir visitas da equipe técnica em sua residência;
- e) respeitar as regras e as normas estabelecidas pelos responsáveis do programa e do serviço de acolhimento;
- f) preservação do sigilo e respeito à história de vida de cada criança e/ou adolescente;
- g) não estar inscrito (a) no Sistema Nacional de Adoção E Acolhimento (SNA).

Art. 9º Os interessados em participar do programa deverão formalizar sua solicitação através do preenchimento de formulário próprio, no qual informarão os dados pessoais, a forma de apadrinhamento que deseja realizar, especificando o período pretendido, a idade da criança e/ou adolescente, a forma de como irá disponibilizar seu tempo, serviços, atenção ou ajuda material considerando o perfil da criança ou adolescente dentro dos critérios disponíveis.

Seção IV **Do Processo de Habilitação e da Equipe Técnica**

Art. 10 As avaliações dos interessados a participarem do Programa de Apadrinhamento serão realizadas pela equipe técnica da proteção social especial de alta complexidade do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, que realizará a inscrição e avaliação inicial, encaminhando informação à Vara da Infância e Juventude.

§ 1º Serão avaliados, no mínimo, os seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

- a) motivação que levou o interessado à solicitação e inclusão no programa;
- b) disponibilidade de tempo para estar em companhia das crianças e/ou adolescentes em atividades externas, como também, de disposição para participar de ações do programa;
- c) concordância dos demais membros do grupo familiar do pretendente a padrinho na acolhida da criança e/ou adolescente;
- d) conhecimento da realidade cultural, sociofamiliar, socio-habitacional e socioeconômica dos candidatos;
- e) desvelamento de aspectos relacionados à saúde mental e/ ou uso abusivo de substâncias psicoativas;
- f) conduta social pertinente com a proposta do programa;
- g) compromisso do interessado quanto ao sigilo no tocante à história e a situação jurídica da criança ou do adolescente;
- h) disponibilidade do interessado em lidar com particularidades (inclusive emergenciais) da criança ou adolescente relativa à saúde (física e mental) e a deficiências.

§ 2º São documentos mínimos exigidos, a serem apresentados pelos proponentes ao apadrinhamento:

- a) Apadrinhamento Afetivo: RG, CPF e certidão de estado civil (nascimento ou casamento), antecedentes criminais, comprovante de residência, telefone, e-mail, comprovante de renda ou equivalente (por exemplo, declaração do imposto de renda);
- b) Apadrinhamento financeiro por empresas: CNPJ, contrato social, certidão de distribuidor local da sede;
- c) Apadrinhamento financeiro por pessoas físicas: RG, CPF, comprovante de residência, telefone e e-mail.

§ 3º Sendo aceito o proponente, a equipe técnica enviará informação no Plano Individual de Atendimento do acolhido ao Juízo da Infância e Juventude, com ciência ao Ministério Público.

Art. 11 Serão realizados encontros de orientação e primeira sensibilização, com juntada de certificado de participação no procedimento de habilitação ao programa de apadrinhamento afetivo.

Parágrafo único. As capacitações deverão abordar os aspectos jurídicos, psicológicos e sociais da medida de proteção.

Art. 12 As visitas dos padrinhos às instituições de acolhimento acontecerão de acordo com as avaliações técnicas, sempre considerando o melhor para as crianças e adolescentes, obedecendo aos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

a) as visitas devem ser breves e acompanhadas por um profissional do serviço de acolhimento, de modo que a visita não interfira indevidamente nos trabalhos do serviço de acolhimento;

b) as visitas serão realizadas, de preferência, conforme a disponibilidade de horário e espaço do serviço de acolhimento.

Art. 13 São atribuições da equipe técnica do programa:

a) selecionar, a partir dos processos existentes, a criança e o adolescente, identificando suas principais necessidades e estabelecendo o tipo de apadrinhamento conveniente;

b) garantir a participação das crianças e adolescentes, considerando sua opinião em todo o processo de apadrinhamento;

c) orientar e acompanhar os padrinhos sobre os objetivos do programa, processo de aproximação, a programação das atividades, dentre outras informações garantindo-lhes sua escuta;

d) promover encontros que, dentro do possível, propiciem orientação a respeito dos seguintes temas: vínculo afetivo e apego; famílias diferentes composições e arranjos familiares; fases do desenvolvimento humano (ênfase infância e juventude); sexualidade e adolescência; educação sem castigos físicos; pessoas com deficiência; drogadição: manejo e saúde; rotina de um serviço de acolhimento, direitos e deveres dos proponentes, entre outros;

e) promover a convivência entre os padrinhos e os apadrinhados, através de encontros graduais, respeitando a compreensão e a faixa etária das crianças e adolescente indicada para o programa;

f) após a habilitação, encaminhar relação contendo nome, RG e CPF dos padrinhos habilitados e relação dos apadrinhados para ciência do Juizado da Infância e Juventude e Ministério Público;

g) orientar, acompanhar, realizar encontros sistemáticos de apoio e formação dos padrinhos, para subsidiar o monitoramento e avaliação do apadrinhamento. O registro dos trabalhos desenvolvidos deverá ser feito por meio de listas de presença das oficinas/encontros, fotografias das atividades coletivas e relatórios técnicos periódicos a serem juntados ao processo;

h) propor, de forma fundamentada, mediante comunicação escrita ao Juiz do processo, o fim do apadrinhamento, quando este já atingiu suas finalidades, quando os resultados não são os esperados, ou por qualquer motivo justificado.

Seção V Dos Direitos e Deveres



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

Art. 14 São deveres dos padrinhos:

- a) prestar ajuda material ou afetiva às crianças e aos adolescentes, que se encontram sob medida protetiva em acolhimento institucional;
- b) aceitar os termos e responsabilidades do apadrinhamento;
- c) seguir as orientações técnicas da equipe do programa de apadrinhamento;
- d) para fins de atividades externas com os “apadrinhados” assinar Termo de Responsabilidade Especial junto à equipe técnica do Serviço de Acolhimento (Anexo I).

Art. 15 São direitos dos padrinhos:

- a) solicitar seu desligamento do programa, respeitado o desligamento gradual, no menor tempo possível, caso indicado pela equipe técnica como necessário para a segurança emocional do apadrinhado;
- b) solicitar a renovação do período de apadrinhamento do apadrinhado quando do término do primeiro período, sendo que a viabilidade deste requerimento será analisada pela equipe técnica com preferência a novos padrinhos caso existam no cadastro;
- c) recusar o apadrinhado indicado, antes do início do apadrinhamento;
- d) solicitar afastamento/interrupção do convívio com o apadrinhado por motivos justificados e apresentados formalmente a equipe técnica do programa.

Art. 16 São direitos dos “apadrinhados”:

- a) a escuta integral e consideração de sua opinião a respeito de todas as etapas do apadrinhamento;
- b) o acesso às informações e orientações sobre os objetivos do programa, bem como aos esclarecimentos a respeito da possibilidade de construção de referência afetiva e de convívio, com ênfase na diferença entre o apadrinhamento e a inserção em família substituta;
- c) o acesso às informações prévias e detalhadas acerca das atividades que serão realizadas junto aos padrinhos;
- d) a recusa em permanecer no programa.

Seção VI Das Disposições Gerais

Art. 17 Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de portaria, a fixação do período (mínimo e máximo) de apadrinhamento, ouvida a opinião da equipe técnica do programa, respeitando o sigilo relativo às crianças



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

e adolescentes, havendo a publicação somente das iniciais dos nomes dos apadrinhados e seus respectivos padrinhos.

Art. 18 A equipe técnica será formada pelos técnicos que prestam serviços vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes.

Art. 19 O Apadrinhamento Afetivo ou Financeiro, não gera vínculos para fins de adoção.

Art. 20 Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias, contados de sua publicação.

Art. 21 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três.

WILSON FERNANDES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE ESPECIAL

A equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes de Jataizinho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Programa de Apadrinhamento autoriza a saída periódica de (nome da criança/adolescente), cumprindo com os combinados preestabelecidos com a Secretaria Municipal de Assistência Social, em companhia de (nome(s) do(s) padrinho(s), ficando ao encargo deste(s), enquanto permanecer a criança/adolescente fora da instituição de acolhimento ou família acolhedora, a obrigação de propiciar a esta segurança, saúde, alimentação, assistência moral e espiritual, bem como a de defender todos os seus interesses, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações.

Assinam (a equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes e os Padrinhos/Madrinhas)

8



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa dispor sobre o programa de apadrinhamento afetivo no Município de Jataizinho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ao considerar sua condição especial de pessoa em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado, reconhece os infantes, sem distinção de raça, cor ou classe social, como sujeitos de direitos e deveres.

Também dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; bem como refere os direitos à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Como preceitua o art. 226 da CR/88, o Estatuto compreende que a instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social. Na ausência ou na incapacidade desta em atender crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, cabe ao Estado acolhê-los e propiciar as condições necessárias para seu desenvolvimento integral.

O sistema de proteção da criança e do adolescente em situação de risco social prevê o encaminhamento para Acolhimento Institucional ou Familiar, desde que esta seja uma medida excepcional e temporária.

Embora o acolhimento possa favorecer o desenvolvimento de crianças em situação de risco, uma vez submetidas a ele por longo período, a criança sofre uma limitação da convivência social, invariabilidade do ambiente físico e de grupos de companheiros, vigilância contínua e falta de autonomia.

Na situação de acolhimento, a criança é, em grande parte, privada da experiência afetiva que regula sua capacidade de se vincular a se apegar em alguém, e, especificamente no caso de crianças muito pequenas, há prejuízos no desenvolvimento da linguagem e no desenvolvimento motor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

Além disso, alguns prejuízos psicológicos são comuns à situação de acolhimento institucional, como a depressão, a apatia, atrasos cognitivos e os consequentes problemas de escolarização, regressão a comportamentos anteriores à fase atual de desenvolvimento, hiperatividade e agressividade excessiva.

Neste sentido, o acolhimento institucional pode configurar-se em alternativa danosa para o desenvolvimento infantil. Qualquer ser humano que não possua tal base é um ser sem raízes e completamente solitário. Esta solidão torna-se, então, superdimensionada dentro de uma instituição, local em que crianças e adolescentes são expostas à cuidadores em regime de trabalho plantonista e a vínculos afetivos profissionais, apesar do esforço de algumas instituições em se adequarem ao Artigo 92 do ECA, que refere atendimento personalizado e em pequenos grupos tentando, assim, chegar o mais próximo possível de uma realidade familiar.

A necessidade de uma afiliação subjetiva torna-se, portanto, vital e constitutiva para a saúde mental destas crianças e adolescentes, uma vez que possibilitará a quebra do sentimento de abandono e recuperação da autoestima, oportunizada pelo fato de ter sido eleito por alguém como depositário de investimentos de afetos e cuidados, a referência a uma pessoa fora do ambiente institucional, como um padrinho e/ou madrinha, tem demonstrado, ao longo das experiências semelhantes em outras regiões brasileiras, ser enriquecedora para afilhado e padrinho, colocando e cheque os preconceitos sociais de etnia, faixa etária ou saúde.

A vinculação afetiva construída na constância estabelece relacionamentos estáveis e duradouros que virão a tornar-se referenciais familiares e sociais para suas vidas futuras e evitando, assim, os sentimentos de vácuo e solidão, muito comuns nos jovens em situação de abandono e que são obrigados a depararem-se com a maioria.

Em decorrência do que foi exposto, mostra-se importante o Programa de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro no Município de Jataizinho, visa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná
CNPJ/MF 76.245.042/0001-54

proporcionar experiências e referências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias, as crianças e adolescentes em medida de proteção de acolhimento. Desta forma, busca o apoio dos nobres para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

WILSON FERNANDES

Prefeito Municipal